

Um Perigo Amarelo?: O Discurso Ambíguo do Romance Histórico de Oswald de Andrade

Marco Aurélio de Souza

Resumo: Idealizado como ciclo de cinco romances, em seus dois volumes publicados *Marco Zero*, de Oswald de Andrade, busca mapear as tensões e conflitos sociais presentes na sociedade paulista da década de 1930. Mais do que romances históricos, *A Revolução Melancólica*, publicado em 1943, e *Chão*, de 1945, são concebidos pelo escritor como romances muralistas, onde a técnica do contraponto forneceria um mosaico social, um painel da história imediata de São Paulo. Por suas características – esperadas e concretizadas –, a narrativa de Oswald serve como meio rico e eficaz para a reflexão sobre o período abordado e os atores envolvidos. O presente artigo analisa os dois títulos oswaldianos, buscando explorar as relações possíveis entre história e literatura e caminhando entre fronteiras de conhecimento e discurso. Considerando o romance histórico – à luz das considerações de Marilene Weinhardt – como um gênero híbrido, e, portanto, dotado de especificidade própria, esta pesquisa, unindo referenciais bibliográficos sobre imigrantes japoneses no Brasil e o discurso literário oswaldiano, buscou criar um espaço de reflexão não apenas sobre o pensamento do escritor paulista, mas, por extensão, problematizar possíveis posicionamentos da esquerda de então. Através daquilo que João Alexandre Barbosa chamou de leitura do intervalo, intentamos identificar de que forma se inserem os imigrantes japoneses na narrativa de extração histórica de Oswald de Andrade, quais os discursos construídos pelo autor da obra, levando em conta a construção de conhecimento efetivada pela narrativa literária. A análise realizada, além de se colocar como crítica historiográfica e literária, evidenciou a ambiguidade relativa ao trato deste grupo por parte do escritor, o que contribui para uma problematização da postura auto-proclamada progressista e revolucionária de Oswald no período da escrita e publicação dos volumes de *Marco Zero*. Na leitura aqui veiculada, estereótipos e preconceitos inúmeros relacionados aos nipônicos são encontrados em diversos momentos, em número muito superior aos referentes a outros grupos imigrantes e/ou étnicos. Não obstante, as personagens nipônicas, por meio de suas falas e atitudes, bem como as incursões do narrador, sustentam o discurso estereotipado, que se torna ambíguo, entretanto, na medida em que se coloca como crítico do senso-comum. Assim, não podemos asseverar a posição do escritor em relação ao grupo dos imigrantes japoneses com precisão, podendo, contudo, demonstrar em que medida sua literatura representa estes mesmos sujeitos e reafirma determinados clichês buscando dotá-los de algum fundamento – se não científico, ao menos retórico e pedagógico.

Palavras-chave: Antiniponismo, imigrantes japoneses, Oswald de Andrade.

O extrato histórico de Oswald, um romance muralista.

Assim resumia, em idos de 1945, o mais novo romance de Oswald de Andrade o então jovem crítico literário Antonio Candido:

Sua matéria é a revolta de Trinta-e-Dois, desabafo da grande burguesia golpeada no seu centro vital – o café. Um momento excepcional de crise numa classe em desorganização. Em torno dela, girando sob a atração de sua órbita, os grupos dependentes: colonos, agregados, domésticos, clientes. Em oposição a ela, e tentando libertar-se da sua esfera de domínio, o número reduzido dos que procuram insuflar nos seus dependentes uma consciência de classe esbulhada e uma atitude correspondente de luta. Ao seu flanco, crescendo à sombra dos seus interesses e da sua incúria, os quistos raciais, insulados pelo particularismo, ganhando a terra pelo canal das colônias rurais. No caso, os japoneses. O momento, à véspera da revolução, quando todos esses grupos e todos esses problemas se extremavam em incompatibilidades agudas (CANDIDO, 1992, p. 29).

Esforço significativo, pois que, no caso em questão, resumir não se mostra tarefa fácil, já que de pequenos fragmentos literários e *flashes* cinematográficos é que se alimentam os romances da série *Marco Zero*, de Oswald de Andrade. Idealizado em cinco volumes, apenas dois, entretanto, chegaram ao público. Destes, é ao primeiro, de subtítulo “A Revolução Melancólica” (1991), que Candido faz referência - o segundo seria publicado ainda em 1945, com o subtítulo “Chão” (1991).

Utilizando a técnica de contraponto, o escritor idealizava um romance mural, um painel social, um afresco de São Paulo nos inícios de 1930. *Marco Zero* é produto da intenção de Oswald de retratar as contradições, os preconceitos de toda sorte, as banalidades e vulgaridades de um povo que sentia na pele os efeitos da crise do café, dos conflitos sociais e culturais decorrentes da imigração, a decadência da burguesia paulista e dos cafeicultores, os debates estéticos e políticos do período.

Assim, seguindo a tendência de uma fecunda literatura de denúncia que pipocava Brasil afora, bem como influenciado pelo realismo socialista de escritores russos e estadunidenses – com notável influência de John dos Passos –, Oswald “pretendia dar à literatura o papel de elemento vivo da sociedade, pronto a captar suas tensões e a difundir as novas utopias” (FERREIRA, 1996, p. 13). Proposta não tão nova assim, já que a aspiração pedagógica de instrução das multidões esteve presente em grandes nomes de nosso mito modernista, tais como Mário de Andrade e Menotti Del Picchia, como sugere Daniel Faria (2006). *Marco Zero* difere, no entanto, em forma e mesmo em conteúdo, já que, despido do que chamou de “cacoetes do modernismo”, Oswald realizou “trabalho concomitante de escritor e historiador, ficção e realidade: os limites entre esses campos seriam tênues, interpenetráveis. Para uma história abalada e mutante, queria o autor uma forma romanesca correspondente” (FERREIRA, 1996, p. 15). A especificidade da obra, portanto, reside na postura assumida pelo autor.

Dentro desta rede de temas e debates utilizados por Oswald na escrita de *Marco Zero*, um grupo de personagens chama a atenção. Os japoneses, destacados por Candido na citação utilizada, são apenas um entre os muitos grupos de imigrantes retratados pelo escritor. Italianos, espanhóis, turcos e portugueses são alguns dos exemplos que podem ser encontrados na obra. Entretanto, mesmo numa leitura desatenta, torna-se difícil não perceber o trato diferenciado utilizado por Oswald em relação àqueles imigrantes. Bem por isso, este trabalho buscará analisar de que forma o discurso da obra em questão constrói uma determinada imagem e transmite saberes sobre o grupo étnico especificado. Antes, todavia, há que se pensar no trabalho historiográfico que se utiliza de fontes literárias, em especial nas

características do que se convencionou chamar de romance histórico. De fato, ao pensarmos no trabalho intelectual que assumidamente passeia por entre as fronteiras – característica também presente nos trabalhos mais experimentais do autor -, há que se destacar as nuances típicas do gênero híbrido que constitui a narrativa de extração histórica. Respeitando os limites do presente artigo, uma rápida reflexão sobre questões teóricas e metodológicas que nortearam esta pesquisa será introduzida, discutindo questões pertinentes ao trabalho interdisciplinar, historiográfico e literário.

História, literatura, romance histórico: analisando um gênero híbrido.

Em tese recente, Antônio Esteves (2010, p. 25) considera que todo romance e/ou ficção constituem uma provocação, na medida em que oferecem ao leitor uma representação da realidade que é alheia ao mesmo. No caso das ficções sobre a história, contudo, ocorrem revisões, novas versões acerca dos fatos, oposições ao poder e, ao mesmo tempo, abertura de caminhos, no sentido de que o escritor possibilita novas estradas para as viagens dos desejos humanos. Em suma, “como leitora privilegiada dos signos da história”, já que livre das amarras da verdade, “a literatura é cerne de renovação”.

As diversas possibilidades abertas pelos mundos ficcionais, entretanto, encontram-se sempre neste jogo incessante das relações com o verdadeiro e o verossímil. A convenção de veracidade, para utilizar um termo de Marilene Weinhardt (2011), diferente do que ocorre com o discurso histórico, não é condição indispensável à narrativa ficcional. Contudo, isto não quer dizer que a verdade, o pacto da veracidade, seja de todo excluída daquela. Nisto reside uma distinção que coloca a discussão no âmbito de três elementos: há que se distinguir literatura de ficção, já que os termos não são sinônimos, e, com isto, o debate não se pauta mais na dicotomia história/literatura, mas na tripla dimensão oferecida pela literatura, pela ficção e pelo discurso histórico. Assim, pensando nas convenções de veracidade e de ficcionalidade, das quais o escritor está sempre se utilizando, “os produtores de tais discursos podem proceder no sentido de eliminar ou de reforçar esses marcos” (WEINHARDT, 2011, p.24).

Tais referências nos são úteis na medida em que fornecem um horizonte para refletirmos acerca do romance histórico partindo não de categorias estanques e rígidas, mas sim de relações mútuas, do hibridismo inerente ao gênero em questão, das regiões fronteiriças. Deste ponto, parece-me bastante frutífera a ideia de leitura do intervalo, tal qual elaborada por João Alexandre Barbosa (1990). Para o crítico, na literatura, lê-se sempre mais do que apenas literatura. Conhecimentos históricos, psicológicos e filosóficos estão em constante trânsito dentro das obras literárias. Isto se dá, para Barbosa, por conta da problematização radical de valores que é decorrente da intensidade do trabalho com a linguagem. Indo além, afirma ainda que o crítico literário – e aqui poderíamos ler também do historiador – não deveria se afirmar como pacificador do texto, buscando explicar e apaziguar estas tensões que permeiam os diferentes conhecimentos presentes na obra literária. Como alternativa, sugere a leitura intervalar, que parte do pressuposto de que o texto literário *cria* conhecimentos históricos, literários, filosóficos, etc.; e estes devem ser analisados como componentes literários inseparáveis da obra que os veicula. Assim, “o que se lê, antes de mais nada, é a articulação: o intervalo entre a linguagem ficcional e os valores que ela necessariamente põe em questão” (BARBOSA, 1990, p. 29).

Tendo em vista tais considerações, a leitura de *Marco Zero* que se busca aqui não possui a intenção de estabelecer o que há de verdadeiro e o que há de ficcional na obra – distinção já desgastada -, não encontrará uma suposta literariedade do texto, nem mesmo irá descobrir o que há de histórico no texto. A análise historiográfica proposta, pensando nas especificidades de um texto que se coloca como intervenção pedagógica e política na

sociedade, será uma leitura do intervalo, ou seja, partirá da questão: *que conhecimento acerca do imigrante japonês é produzido por Oswald em seu texto?* Pensando o texto *com* ele e não *contra* ele.

Um perigo amarelo?: O discurso ambíguo da narrativa de *Marco Zero*.

Com mais de duas décadas de distância daquele 1908 em que 781 imigrantes japoneses chegaram ao Porto de Santos, configurando a primeira imigração japonesa ao Brasil, os nipônicos estabelecidos no território do Estado de São Paulo em inícios da década de 1930 já incorporavam e/ou rejeitavam valores e traços distintivos de diferentes culturas presentes, como a culinária, a língua e a religião. Em processo, aquilo que Jeffrey Lesser (2001) chamou de negociação da identidade nacional, no qual a reformulação do ser brasileiro, as apropriações do nacional, as relações entre diferentes minorias étnicas e de imigrantes configuraram disputas de espaço e poder repletas de tensões e manipulações dos limites do aceitável e inaceitável aos padrões brasileiros. São estes imigrantes, atores de um palco de conflitos, que Oswald de Andrade buscou retratar em seu romance histórico *Marco Zero*, com tudo o que este implica em termos de pactos de veracidade, de conhecimento construído com fins políticos, de discurso sobre o Outro e sobre a sociedade paulista do período.

Como colocado anteriormente, não são os japoneses o grupo imigrante ou étnico por excelência em pauta no romance oswaldiano. Muito pelo contrário, as narrativas de *A Revolução Melancólica* e *Chão* estão recheadas de referências aos diversos grupos sociais que constituíam a sociedade paulista da década de 1930. Referências estas que, por sua vez, surgem coloridas pelos preconceitos e estereótipos do momento. Que motivos levaram esta pesquisa a se preocupar, então, de forma acentuada com o trato reservado aos japoneses? Ao realizarmos a leitura dos dois romances publicados de *Marco Zero*, chama atenção a quantidade de passagens que dizem respeito ao grupo nipônico (o número é superior a 100), bem como a reputação que o grupo apresenta em face dos demais imigrantes e descendentes – e mesmo se comparados aos “brasileiros de origem”, tais como os indígenas, negros e mulatos. Levando em consideração a construção rasa das personagens, no intuito de torná-las tipos ideais, sem uma profundidade psicológica acentuada, dificilmente encontramos uma categoria indiferente ao grupo nipônico. Estes, no imaginário construído pela obra, surgem em tons negativos para a quase totalidade de personagens da obra. Torna-se, assim, compreensível o destaque dado por Antonio Candido aos japoneses no resumo apresentado no início deste artigo.

Guerra de conquista, ocupação e paranoia.

Abre-se o primeiro livro, de nome *A Revolução Melancólica*. O mural se inicia. É das primeiras páginas – aquelas em que o leitor é ainda aventureiro – a citação de artigo escrito para o jornal *A Voz de Jurema* pelo farmacêutico Lírio do Piratininga, mulato nacionalista, apontando para a infiltração do Império Japonês no Brasil. Os imigrantes, para o articulista, eram verdadeiros espíões, e seus trabalhos apenas um disfarce:

No criado, no chofer, no lavrador, no jardineiro, no comerciante, no pescador ou no burocrata... ou no milionário, enfim, em qualquer ramo em que se desenvolva sua aparente atividade, está o técnico, o militar, o sociólogo, o polígrafo, o informante e o repórter a estudar, a inquirir, a observar e a transmitir memórias, relatórios e estatísticas para a sede desse formidável quartel-general que, em Tóquio, prepara a maior guerra de conquista de que a história humana jamais teve idéia. (ANDRADE, 1991, 1, p. 22).

O crescente militarismo japonês, que atingiria, mais tarde, seu cume com a atuação japonesa na Segunda Grande Guerra (a qual, diga-se de passagem, transcorria na data de publicação do romance, e, portanto, era de conhecimento do escritor), aguçava os preconceitos já existentes para com os “amarelos”, neste caso específico, os japoneses. Lírio Rebouças, personagem do mural oswaldiano, é um entre os muitos que acreditavam no poder de conquista dos nipônicos. Mais ainda, acreditava também na manipulação levada a cabo pelos mesmos, na espionagem em curso, no cinismo dos homens de olhos puxados. E nem mesmo o fato do farmacêutico estar entre os jogadores de truco presentes no empório de Muraoka, comerciante nipônico, faz com que o mesmo supere o ressentimento que tem pelos amarelos. A despeito do preconceito de que é alvo o dono do empório, a venda e pensão de Muraoka é freqüentada por caboclos, japoneses, negros e mulatos (ANDRADE, 1991, 1, p. 26).

A tenaz campanha de Lírio contra o japonês acompanha o fluxo dos acontecimentos e dos flashes do romance histórico, dando as dimensões daquilo que o mesmo considera como o grande problema da região (no caso, interior de São Paulo). Os infundáveis artigos sobre o tema, o farmacêutico, trocando remédios por espaço nas publicações, “mandava-os para a *Voz de Jurema* e tentava publicá-los em São Paulo e no Rio” (p. 92). Dada a sua origem étnica e as condições do negro no Brasil – que explica, em partes, o ressentimento com os imigrantes –, Lírio se tornava cada vez mais frustrado ao ver a ascensão social de que desfrutavam os nipônicos, encontrando as causas na exploração e na astúcia maligna dos amarelos, instruídos pelo Imperador. E parcialmente se explica o ressentimento com os imigrantes por influência do turco Salim Abara... “Essa raça non bresta, Lírio! Joga bra falência negociante nacional” (p. 109).

Menções à ocupação estratégica dos japoneses no Brasil, bem como demonstrações de paranóia relacionada à suposta infiltração, são constantes no romance mural de Oswald. Em “Registo-Gô, a capital amarela do sul”, os japoneses se “irradiavam estrategicamente por estradas de cem léguas”, e Lírio, em visita à cidade, mais do que letreiros orientais e mulheres de quimono, “viu por toda a parte o amarelo esgueirando-se, construindo, organizando, controlando”. Em meio àquele mundo oriental, “um japonês o seguia” (p. 115). Em passagem de *Chão*, almejando uns biscates ou mesmo um emprego melhor, o mesmo Lírio escreveu para Miguel Couto, médico que encabeçava a luta contra a imigração amarela, fornecendo a este informações valiosas sobre a conduta dos japoneses no Brasil. Na carta, além de referências ao descaso com que este grupo de imigrantes tratava a bandeira e a língua nacional (situações apresentadas em diversas passagens do romance), o farmacêutico relatou um caso ocorrido em sua própria farmácia, em que

(...) um japonês teve a ousadia de afirmar que a natalidade no Japão só tinha um remédio: a aquisição de terras pela força dos tratados ou, se fosse necessário, pela *força das armas!* Veja, caro mestre, como este magno problema afeta até a nossa defesa nacional. No entanto, há alguns cínicos que afirmam que a colonização japonesa é a melhor que existe. Porém, é muito fácil de explicar o rendimento do imigrante amarelo. Isso que se chama pomposamente de *milagre japonês* afirmando com razão que um alqueire de terra dá 60:000\$000 na mão do amarelo e só rende 2:000\$000 na mão do caboclo. Mestre Miguel Couto, essa é a mais infamosa propaganda feita contra o nosso caipira, que eu tenho visto. Vou lhe explicar por que em duas palavras apenas: o amarelo arrenda a terra e quando a abandona esta não presta mais pra nada. Eles usam uma qualidade de adubo tal que inutiliza a terra depois de um certo tempo e então o caboclo que não conhece o truque deles vai plantar nessa terra e só toma na cabeça. A terra que o japonês utiliza só serve depois pra dar vulcão, como na terra deles... (ANDRADE, 1991, 2, p. 191).

Além do inusitado argumento de que os adubos japoneses inutilizam a terra, que servem apenas para dar vulcões depois de certo tempo, o antiniponismo paranoico também se faz presente nas excessivas precauções tomadas por Lírio, como no pedido presente ao final da carta: “É favor picar esta depois que ler” (p. 193).

O medo de uma invasão japonesa ao Brasil, contudo, não é exclusivo de Lírio, apesar de ser este o personagem que reúne maiores esforços para denunciar a ocupação amarela. Igualmente, os comunistas – representados pelo personagem Leonardo – possuem teorias sobre o perigo da ocupação imigrante. “Em Buenos Aires, numa reunião de comitê da Terceira Internacional”, mostraram para Leonardo “um mapa da ocupação estratégica do Brasil pelo imigrante amarelo”. Já de conhecimento de todos, apenas o governo ignorava as pretensões do Império Japonês. “Havia até um almirante na localidade de Sete Barras. Espiões educados, outros transformados em pescadores ou em peritos de agricultura, penetravam nos escritórios e nas casas, levantavam mapas do litoral e do interior” (ANDRADE, 1991, 1, p. 33). Novamente, a teoria dos trabalhadores espiões.

Da mesma forma, personagens japoneses, bem como o narrador da obra, corroboram para tais impressões, alimentando as suspeitas em torno da figura do imigrante nipônico. Exemplo disso é o diálogo de Padre Beato com uma japonesa que, tendo sido questionada sobre o casamento, diz querer ter 12 filhos. O padre, surpreso, pergunta-lhe o porquê, ao que a moça responde: “Governo japuneis manda... munto precisa” (p. 112). A despeito da situação desfavorável de seu país de origem, sugerida por funcionário japonês num momento posterior, a mulher japonesa dizia ser orientada pelo governo para ter muitos filhos. E quando o sacerdote pergunta ao engenheiro responsável pela fixação dos colonos japoneses os motivos do envio de tantos imigrantes por parte de seu país, a resposta torna incompreensível a orientação para o aumento populacional:

- Me diga uma coisa, Dr. Sakura, por que os senhores mandam tanto japonês para o Brasil?

- Patrício sabe muito trabaíá. Lá sofre munto, non? Operário, camponês, artejão, cada vez piore. Munto luta. Distribuição fortuna desfavorável.

O padre indagou se no Japão havia muito progresso.

- Sim, mas só treis mile pessoa de automove particular, non? População aluga, também anda a pé... Munto pobreza. Governo non pode dá saída de produção em mercado interno. Munto imposto, munto empréstimo, non?

- Empréstimos externos como aqui?

- Non. Gente rica emperesta pra governo, ganha juro. Outro paíse melhor situação pobreza. Depois precisa imigrá pra Burasil. Todas nação proibe entrada de produto japoneis. Disque é *dumping*, mas não é porque pobreza precisa de comê, vende mais borato. Armamento também governo munto gasta. Mais de vinte por cento de renda nacional.

- E por que gasta tanto?

- Non pode pará se otro não pára. Por isso que guera vem, no? Porque, se continua comprando armamento, ruína país. Tem que gastá bala munto, avião também (p. 113).

Assim, orientações governamentais incompreensíveis, bem como uma militarização feroz com motivações duvidosas, criavam o mistério e a suspeita sobre as reais intenções do imigrante japonês em território brasileiro, fazendo com que a população local questionasse a pertinência e a segurança de sua presença.

Exploração japonesa, trabalho, dissimulação.

Lírio, em carta a Miguel Couto, encontrava os motivos para a ascensão social dos japoneses e para o seu frutífero trabalho com a terra na inutilidade posterior dos terrenos, que serviam apenas para dar vulcão. O mesmo personagem, no entanto, observava, ao longo da narrativa, outras características que explicavam a exploração japonesa em detrimento da pobreza dos nacionais. Estratégias diversas eram supostamente empregadas pelo imigrante japonês no intuito de derrubar o trabalhador nacional e aumentar os lucros próprios.

Em passagem de *A Revolução Melancólica*, Elesbão, caboclo ingênuo, expõe sua situação. Para poder ir à festa do Bom Jesus batizar a filha e pagar uma promessa, o caboclo

iria vender sua terra para Muraoka, o comerciante japonês, e, com futuro garantido, trabalharia para o próprio comerciante nas terras que antes eram suas (p. 25). Mais tarde, Elesbão encontra o índio Belarmino e descobre que este também havia vendido sua terra para o japonês. O índio que trabalhava para japoneses havia perdido sua terra, já que o patrão não o pagava, alegando que Belarmino bebia demais. Conformado, o índio explica que perdeu a terra por ter “mar cabeça” (p. 29). Os dois casos exemplificam a astúcia dos japoneses nos negócios, principalmente em comparação com os caboclos e trabalhadores brasileiros pouco instruídos, afetados pela ignorância que reina no interior do país.

Os fazendeiros também teciam suas teorias sobre o trabalhador japonês. Sabidamente mais eficientes do que os nacionais, em conversa os agricultores especulavam sobre os motivos que levavam a esta situação:

- O japonês é o único que tira sessenta contos dum alqueire de terra.
- Naturalmente. Tem por trás dele a cooperativa e o capital. O cônsul e o Imperador. Elimina o intermediário.
- É quem está fazendo a cultura intensiva, valorizando a pequena propriedade...
- Vou experimentar os baianos. Contratei uma leva de japoneses do São Francisco.
- Esses não dão nada. É gente que vem a pé de Pirapora. Sem família. Não tem parada. Chamam eles de morre-andando. Dão 50% de rendimento do europeu ou do amarelo. (ANDRADE, 1991, 2, p. 46).

O papel do imperador, do cônsul e da eliminação do intermediário são constantes nas referências à produtividade do trabalhador japonês em *Marco Zero*. A italiana Miguelona, discutindo a necessidade de revolução social no Brasil, afirma que se esta não ocorrer imediatamente os brasileiros precisarão de um cônsul – e aqui, curiosamente, a italiana se inclui entre os brasileiros, apesar de excluir os japoneses. “Percisa um console pros brasileiro. Só japoneis que há de te?” (1991, 1, P. 44). Ainda sobre a figura do intermediário, o narrador explica a revolta dos brasileiros e o segredo dos japoneses:

De fato sobre o preço estipulado ganhava-se 300%. Crescia no íntimo do lavrador a revolta sentimental inútil. Surgira em torno de uma iniciativa a figura sinistra do intermediário. Os japoneses colhiam em surdina, de noite, culpando depois a saúva pelo desaparecimento da penugem branca que ele vira no tabuleiro arrendado: - “Guridão comeu furimiga”. (ANDRADE, 1991, 2, p. 62).

Desta forma, contrastando com um cenário de crise e empobrecimento geral, os imigrantes japoneses são pintados como grupo em plena ascensão social, devido à sua cultura do trabalho diferenciada e à esperteza para tirar proveito dos trabalhadores nacionais. O japonês, assim como outros imigrantes, “chegara também pelo mar, percorrera as mesmas estradas penosas e desertas” (1991, 1, p. 37). Ao seu lado, contudo, um traço distintivo que o tornava diferente dos demais: o japonês trazia a cooperação. Caracterizado como explorador, o japonês serviu, inclusive, como termo de comparação no referente a isto, a exemplo do que considera Lírio sobre os padres: “São tão exploradores como os japoneses” (1991, 2, p. 189). Em outro momento, um sujeito comenta: “O bispo é pior que japoneis. Vende santo, troca óleo e ganha inté no vidro vazio” (1991, 1, p. 235).

Os quistos raciais e a incompatibilidade cultural do japonês.

Com o gradual aumento da imigração japonesa para o Brasil, desde a década de 20, uma série de discursos e demonstrações de insegurança quanto à miscigenação com os japoneses foram produzidos e veiculados na sociedade brasileira. A ciência, dentro deste panorama, contribuiu para caracterizações que viam no japonês um elemento insolúvel dentro do corpo social do Brasil, e, portanto, indesejado. A estas caracterizações se juntavam os “pareceres de defensores de uma ‘seletiva e profilática política eugenista de imigração’, os quais viam no japonês uma raça portadora de psicopatias e tendências criminosas”, o que, além disso, gerava “uma explicação conspiratória para a imigração japonesa, vista assim

como ameaça militar e política do país, o que reforçaria a idéia do ‘perigo racial’” (NUCCI, 2000, p. 23).

O termo “quisto racial”, atualmente em desuso, fez parte, durante muito tempo, do vocabulário de intelectuais e cientistas sociais vinculados ao pensamento exposto anteriormente. Certas tendências da sociologia do começo do século XX utilizavam a expressão para se referir a grupos étnicos inassimiláveis. Os japoneses, neste processo, constituíram um dos grandes alvos desta crítica. De fato não podemos associar o uso do conceito com uma corrente homogênea de pensamento ou direcionamento político, porém, há que se constar a relação íntima entre a aplicação do termo e uma inteligência eugenista do início do século. Oswald de Andrade, em artigos jornalísticos e por meio da fala de seus personagens, utilizou-se também do termo, aproximando-se, neste sentido, de intelectuais que muitas vezes eram desqualificados pelo próprio, postos como antagonistas intelectuais.

Para o narrador de *Marco Zero*, o imigrante japonês “invadira o litoral sul do Estado, encaminhando-se para a formação de seus quistos raciais” (ANDRADE, 1991, 1, p. 50). O amarelo, com o apoio proveniente de sua imigração tutelada, “enquistava-se na terra do caboclo” (1991, 1, p. 25). A expressão é a mesma utilizada ainda em 1939, em nota de jornal referente aos tempos de guerra. Para Oswald, naquele panorama internacional, estavam todos assistindo “a alguns abraços que pareciam impossíveis e absurdos”. Em tempos de paz, eram aceitáveis os particularismos e certos orgulhos que geram estímulos de luta, porém, no “horizonte turvo da guerra [que] cresce a olhos vistos”, era urgente uma tarefa reflexiva:

O Brasil, país de clima amável, está na hora de fazer reflexões a esse respeito, pensando que, graças a uma longa incúria, dentro de seu território vivem quistos estranhos. Toda vigilância, no momento nacional, é pouca. Urgente também é a união de todas as forças vivas e sinceras do país. (ANDRADE, 1976, p. 60).

Em vista de sua produção literária posterior, parecem evidentes os elementos que formavam *quistos estranhos* no país. Momento de tensão internacional, o Brasil deveria estar atento e vigilante para as forças dissimuladas presentes em nosso território, forças estas que, inassimiláveis, não colaboravam para a união necessária do momento.

São inúmeras as cenas que corroboram para a caracterização do japonês como inassimilável no romance histórico oswaldiano. Outros grupos imigrantes, mesmo que caricatos, mostravam-se muito mais próximos dos traços distintivos do povo brasileiro. O imigrante italiano, por exemplo, enquanto um negro musicista exclama que “japonesa não dá berada”, aconselha o padre: “Me dissero que o senhore chama de bugre os japoneses e quer converter eles na religião católica. É bestera! Non adianta! Nem se fosse Giuseppe de Anchieta em pessoa!” (1991, 1, p. 38). E mesmo quando os primeiros crentes nipônicos começam a aparecer no templo cristão, as palavras de um educador amarelo relembram o leitor da distância cultural ali presente: “a religião é como o chá. Tem verde, tem preto, mas Deus está sempre a serviço de S. Majestade o Imperador” (p. 88). A devoção ao imperador, força de todo imigrante japonês, misturando o elemento religioso ao político, reforça o perigo dos quistos amarelos.

A educação, igualmente, constitui outra frente de batalha na luta pela assimilação do japonês. Em tempos nacionalistas, com a ditadura do Estado Novo em pleno vigor, a exaltação da pátria e de seus símbolos se mostra no romance como um dos mecanismos de redução das diferenças, sendo, por isso, palco de tensões e resistências, “tropa de choque da nacionalidade” (1991, 1, p. 50). Prática da “tropa de choque”, a professora Eufrásia Beato, aderindo sugestão da diretora da escola, realizava a chamada patriótica:

- Kioto Nassura...
- Sou basirera...
- Sakueto Sakuragi...
- Sou basirero...
- Jesué dos Santos.
- Sou piracicabano!

- Josefa Antunes.
- Sou brasileira.
- Massau Muraoka...

O pequenino bonzo de gravura fitava a professora com olhos entreabertos e longos.

- Massau, você sabe que também é brasileiro? Você é paulista, diga, vamos! Diga só para contentar a Dona Eufrásia.

O menino estourou em lágrimas ante a sala surpresa. A professora deixou a chamada e começou a aula de Instrução Moral e Cívica. (ANDRADE, 1991, 1, p. 50)

Apesar de, a todo instante, serem lembradas as distâncias culturais entre japoneses e brasileiros, em sala de aula, uma assimilação forçada e a cobrança de uma nacionalidade brasileira gerava violências simbólicas e momentos de tensão, como nas discussões sobre a existência ou não de assombrações, a que os pequenos japoneses afirmavam acreditar (1991, 1, p. 61). A tensão em sala de aula não diz respeito apenas aos diferentes traços culturais presentes naquele espaço. Situações econômicas muito diversas, apontando para a desigualdade e o contraste social existente entre os grupos imigrantes japoneses e os caboclos da região, também fazem parte do mosaico da sociedade paulista idealizado por Oswald. Passagens d'A *Revolução Melancólica* denotam a pobreza das famílias brasileiras; crianças faltam às aulas por falta de gêneros alimentícios e de vestuário. O retrato bruto da realidade destas é enfático na caracterização de um aluno: "O corpo estreito levantou-se sobre os pés sujos, duros de bichos" (1991, 1, p. 30). O menino referido, tendo sido solicitado que fosse escrever à lousa, desmaia devido à fome. Um garoto japonês considera em seguida: "japonese non cai porque trazi lanchi" (p. 30), o que explica, em partes, que, apesar das dificuldades com o idioma, as melhores notas obtidas sejam de alunos japoneses (p. 62).

Assim, pintando o imigrante japonês como elemento insolúvel do corpo social brasileiro, ao mesmo tempo em que, no plano econômico e escolar, o bom desempenho dos mesmos relativiza a suposta não assimilação do nipônico, Oswald produz, em seu romance histórico, discursos contraditórios sobre a presença japonesa no Brasil, revelando a preocupação do autor com a falta de vigilância dos *quistos estranhos* – que, em vista do mural de *Marco Zero*, é predominantemente problema da imigração japonesa – presentes no solo nacional.

Considerações finais.

Com *Marco Zero*, Oswald de Andrade idealizava um mural, um mosaico que desse conta da complexidade da sociedade multifacetada que constituía tanto o interior como a capital paulista. Por seu trabalho de pesquisa e documental considerável – o autor produziu 80 cadernos de anotações, capturando formas de linguagem, ditos populares, estereótipos –, Eleutério (1991, p. 11) considera que:

O romance histórico que ele produz mostra sua preocupação com a micro-história, com a história dita do cotidiano, em evidência hoje. Mostra sua acuidade em negar a história oficial e contar, nessa inquietante ficção, outra história, ou outras histórias; já que ele faz história oral, história dos vencidos...

Evidentemente sua escrita – assim como nenhuma outra – não expõe a verdade e a realidade tal qual ela se deu. Além disso, trata-se de um romance, e, portanto, joga com figuras e palavras buscando não apenas conteúdo, mas forma, estética e atrativos literários. Pensando com a literatura de Oswald, buscando reconhecer o conhecimento histórico produzido pelo autor em seu romance, este artigo é uma tentativa de enveredar pelas tramas ficcionais, já que as mesmas constroem universos representacionais e podem ser vistas como termômetros das mudanças de mentalidade e sensibilidade de uma sociedade (SEVCENKO, 2003). Assim, analisar o romance histórico de Oswald é analisar seu pensamento, mas também os inúmeros embates sociais que atravessavam sua escrita.

Diferente de outros grupos imigrantes, vistos como assimilados, os japoneses, em *Marco Zero*, foram caracterizados através de um discurso ambíguo que, se por um lado os enquadrava nos estereótipos construídos pela sociedade do período, por outro sinalizava para as manobras nipônicas de integração, de negociação identitária. Trabalhando no campo, como comerciante, piloto ou empregado doméstico, o imigrante japonês, aos poucos, aderiu a traços de uma suposta brasilidade, tais como religião, língua e símbolos republicanos. Desta forma, Oswald se aproximava do pensamento racista da elite política e intelectual do momento, compartilhando de categorias correntes de então, como a ideia de quistos raciais. Isto não o levou, contudo, a encampar uma militância antinipônica, mas sim a uma postura de cautela e reserva quanto ao grupo. Assim, o que se observa, em decorrência da ambiguidade destes discursos, são as estratégias de imigrantes japoneses para ocuparem novos espaços dentro da sociedade que os rejeitava:

O que os recém-chegados entenderam, contudo, foi que o discurso aparentemente estático da elite era, na verdade, ambíguo. (...) esses imigrantes tanto manipularam quanto modificaram o sistema, tornando-se, rapidamente, parte integrante da nação brasileira moderna, à medida que eles desafiavam as idéias de como essa nação deveria ser imaginada e construída. (LESSER, 2001, p. 19)

Realizar uma leitura intervalar de *Marco Zero*, como nos sugere João Alexandre Barbosa (1990), é atentar para o fato de que, se a intenção inicial do romance histórico era dar o panorama geral dos estigmas e preconceitos sociais presentes na sociedade paulista, há nestas formulações diferenças de tratamento referentes aos diversos grupos imigrantes e étnicos. Para o narrador do romance muralista, o “imperialismo japonês disciplinava a alma dos amarelos, pequenos, retacos, dissimulados” (ANDRADE, 1991, 1, p. 30). E se a função pedagógica do romance concebida por Oswald fazia com que este conhecimento denunciasses certas mazelas do país, fizesse um alerta para a situação de ignorância da população, esta também buscava estimular um olhar diferenciado para o perigo dos quistos raciais, para as forças estranhas que ocupavam o solo brasileiro naqueles tempos. Ambiguidade que o permitia veicular posições políticas dificilmente associadas à sua linha de pensamento, às bandeiras que carregava em seus anos de comunismo militante.

Referências

ANDRADE, O. *Marco Zero I: a revolução melancólica*. São Paulo: Globo, 1991.

_____. *Marco Zero II: Chão*. São Paulo: Globo, 1991.

_____. *Obras Completas X: Telegrama*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.

BARBOSA, J. A. *A leitura do intervalo: ensaios de crítica*. São Paulo: Editora Iluminuras, 1990.

CANDIDO, A. *Brigada ligeira, e outros escritos*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

ELEUTÉRIO, M. L. *Posse ou Propriedade, eis a Questão*. In: ANDRADE, O. *Marco Zero I: a revolução melancólica*. São Paulo: Globo, 1991.

ESTEVEVES, A. R. *O romance histórico brasileiro contemporâneo (1975-2000)*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

FARIA, D. *O mito modernista*. Uberlândia: EDUFU, 2006.

FERREIRA, A. C. *Um Eldorado Errante: São Paulo na ficção histórica de Oswald de Andrade*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1996.

LESSER, J. *A negociação da Identidade Nacional: Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

NUCCI, P. *Os intelectuais diante do racismo antinipônico no Brasil: textos e silêncios*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

SAKURAI, C. *Imigração Japonesa para o Brasil: um exemplo de imigração tutelada (1908-1941)*. In: FAUSTO, B. (org.) *Fazer a América*. São Paulo: Ed. USP, 2000.

SEVCENKO, N. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

WEINHARDT, M. *Romance histórico: das origens escocesas ao Brasil finissecular*. In: WEINHARDT, M. (org.) *Ficção histórica: teoria e crítica*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2011.